

# Comércio já teme desabastecimento

## e ágio

RAUL RAMOS

Os principais segmentos do comércio do Distrito Federal demonstraram apreensão quanto à decisão do Governo de continuar controlando os preços de diversos produtos apenas para o consumidor final. Avaliam que, na medida em que a indústria foi liberada para negociar reajuste de preços com o comércio, poderá haver, o curto prazo, desabastecimento e a volta do ágio, exatamente como ocorreu durante a vigência dos planos Cruzado e Bresser.

“Estão pegando o comércio para bode expiatório novamente”, afirmou o presidente da Federação do Comércio de Brasília, Newton Rossi. Segundo ele, o comércio já vem há tempos sendo “brutalmente sacrificado” pela indústria, sobretudo nos momentos de maior dificuldade, quando o Governo adota planos de estabilização. Ao seu ver, é praticamente certo que a indústria vai pressionar pelo reajuste de suas mercadorias e o comércio não vai ter condições de comprar, porque vai ter de enfrentar o problema de preço tabelado na ponta.

O presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Nuri Andraus, avalia que pode haver, em curto espaço de tempo, desabastecimento no setor de alimentos, em função do controle de preços dos produtos alimentícios. “Os preços permitidos não pagam nem o financiamento devido aos bancos pelos agricultores”, analisou. An-

draus teme que o entusiasmo tome conta da equipe econômica e esta repita os “mesmos desastrosos” que resultaram no malogro do Plano Cruzado: o congelamento de preços por tempo excessivo. “Quem controla preços é o mercado”, ensinou.

Para o presidente do Clube de Diretores Lojistas (CDL), Sérgio Viott, o congelamento na ponta “é perigoso e pode provocar o desabastecimento e a volta do ágio”. Viott acha que a tendência natural será a indústria querer aumentar os preços para o comércio, que não vai suportar essa situação, na medida em que não vai poder repassar o aumento de custos para o consumidor final. “Já vimos esse filme antes”, comentou.

O presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Antônio Fábio, interpretou a ação do Governo como transitória e temporária, no sentido de ajustar o País para o ingresso na economia de mercado. Observou, porém, que se o congelamento de alguns produtos persistir por mais 60 dias, o Governo correrá o risco de enfrentar o desabastecimento e o retorno do ágio. “Nenhuma lei é absolutamente verdadeira se afastar das leis de mercado”, advertiu.

Voz dissonante entre os empresários, o presidente da Associação dos Supermercados de Brasília (Asbra), Edgard Garcia Ribeiro, não vê no horizonte próximo risco de desabasteci-

mento ou cobrança de ágio. Pelo contrário, afirma que o plano de estabilização fez com que as negociações com a indústria voltassem à normalidade, com redução de preços e ampliação dos prazos para pagamento. “Isso pode ser comprovado por qualquer um. Os supermercados estão oferecendo promoções de vendas com preços de até 40 por cento abaixo da tabela da Sunab”, assinalou.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Ney Carneiro, também não vê com alarmismo a decisão governamental, que deu margem para que a indústria negocie seus preços com o comércio. “Acredito que o bom senso prevalecerá, porque do contrário, pode até ser que, num primeiro momento, a indústria se salve, mas depois vai se estourar, também, porque o desastre será para todo mundo, se o plano econômico não der certo”, raciocinou.

Para o supervisor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Cássio Calvete, está comprovado que a equipe econômica do Governo não dispõe de qualquer estudo sobre os produtos que estão “com gordura demais” e os que estão com os preços desalinhados. Para ele, ao manter o congelamento dos produtos básicos de forma linear, o Governo pode correr o risco de enfrentar um possível de desabastecimento dos produtos que estão com os preços defasados.